

Defender a Petrobrás é defender o Brasil!

Petroleiros e trabalhadores de diversas categorias, estudantes e militantes sociais, organizações populares e partidos políticos do campo da esquerda responderam ao chamado da FUP e realizaram no último dia 14 um ato público em defesa da soberania e por uma Petrobrás pública e estatal, comprometida com os interesses nacionais.

A manifestação reuniu cerca de 300 pessoas em frente à sede da empresa, no Rio de Janeiro. Durante quatro horas de protestos, debaixo de forte chuva, petroleiros e demais militantes condenaram qualquer tipo de desvio de gestão e desmandos gerenciais na Petrobrás e reafirmaram que não permitirão que os detratores da empresa se aproveitem destas mazelas para enfraquecer a companhia e levar adiante os seus planos entreguistas.

Foi o primeiro dos vários atos públicos que a FUP e seus sindicatos estão convocando em resposta à campanha cerrada para desmoralizar a gestão estatal da Petrobrás. Na quarta-feira, dia 23, outra manifestação será realizada em Brasília, quando a FUP e seus sindicatos se reúnem no Conselho Deliberativo.

“Estamos aqui para reafirmar aos setores entreguistas que a Petrobrás é do povo brasileiro e que essa campanha da mídia golpista não conseguirá acabar com um patrimônio que o nosso povo levou décadas para construir”, alertou o coordenador da FUP, João Antônio de Moraes. “Exigimos a apuração de todas as denúncias pelos órgãos fiscalizadores e que os culpados sejam punidos, mas não admitimos que a Petrobrás seja desmoralizada em uma CPI para servir de palanque eleitoral dos que sempre defenderam a sua privatização”, ressaltou Moraes.

O ato do dia 14 unificou diversas forças políticas do campo da esquerda e foi fundamental para mostrar aos setores conservadores e à mídia golpista que os trabalhadores e os movimentos sociais organizados estão de volta às ruas para defender a Petrobrás. Estavam lá representantes de todos os sindicatos da FUP, além do Sindipetro-RJ,



Sitramico-RJ, AEPET, bancários, químicos e metalúrgicos. Somaram-se também à manifestação, dirigentes da CUT, da CTB, do MAB, do MST, do Levante Popular da Juventude, da UNE, da UBES, da União Brasileira de Mulheres, do Movimento de Luta dos Bairros, além de representantes do PT, do PCdoB e do PCR.

“Sabemos muito bem o que está em jogo nesse desgaste da Petrobrás e não podemos deixar que seja retomada a agenda neoliberal daqueles que tentaram privatizar a empresa e não conseguiram porque nós resistimos. É questão de soberania defender a Petrobrás. A derrota dessa empresa será a derrota do povo brasileiro e isso não vamos permitir”, alertou o presidente da CUT-RJ, Darby Igayara.

As lideranças sindicais e dos movimentos sociais também alertaram para o papel da mídia na campanha de desmoralização da Petrobrás. “Por trás dessa avalanche midiática contra a Petrobrás estão os mesmos setores que não aceitam a empresa como operadora única do pré-sal e defendem os interesses privados na exploração do nosso petróleo”, ressaltou Reinaldo Leite, presidente da CTB-RJ. “Defendemos o controle estatal e social de todos os recursos energéticos e sabemos muito bem que é a destinação do petróleo brasileiro que está em jogo nessa campanha contra a Petrobrás. A mídia, como sempre, faz o jogo das elites”, reiterou Leonardo Maggi, da Coordenação Nacional do MAB.

Gestores da Petrobrás ignoram acidentes e resistem a mudanças no SMS

É incrível a resistência da Petrobrás em alterar sua política de SMS, cuja gestão vem gerando cada vez mais insegurança para os trabalhadores. Há mais de uma década, a FUP vem cobrando mudanças estruturais e apontando propostas que se contrapõem ao atual modelo da empresa, cujos saldos de mortes, amputações e doenças crônicas comprovam a sua total falência. Desde janeiro, já tivemos quatro vítimas fatais de acidentes na Petrobrás, uma plataforma adernada e duas interdidas por insegurança na Bacia de Campos e dezenas de ocorrências graves em várias unidades da empresa. Em 2013, fechamos o ano com uma série de acidentes graves em refinarias e unidades de E&P. Só na Bacia de Campos, foram registrados mais de 1.300 acidentes de trabalho. Essa insegurança crônica já causou a morte de 333 trabalhadores nos últimos 21 anos, dos quais 272 eram terceirizados.

No entanto, as gerências da Petrobrás seguem fazendo de conta que está tudo bem, não apontam nenhum avanço significativo nos

fóruns de negociação, deixando claro que os gestores da empresa não têm vontade política e tampouco coragem de mexer na caixa preta do SMS. Foi assim na última reunião da Comissão de SMS, ocorrida dia 10 de abril. Nenhuma das reivindicações da FUP foi atendida. A empresa continua desprezando as propostas dos trabalhadores para valorização das CIPAs, como mandato de dois anos, especificação de um tempo para que os cipistas desenvolvam suas funções no horário de trabalho, solução das pendências com mais de um ano e criação de mecanismos para que isso não ocorra mais, qualificação dos cipistas em Higiene Ocupacional, SPIE e análise de acidentes.

Nem mesmo a NR-20 é cumprida pela Petrobrás, que até hoje não atendeu os prazos previstos para implantação e adequação à norma e capacitação dos trabalhadores, envolvendo a FUP e os sindicatos nesse importante debate. A empresa sequer se manifestou em relação aos

pontos da NR-20 que já deveriam ter sido discutidos com o movimento sindical, como parâmetros para dimensionamento de efetivos, inspeções de segurança em articulação com as CIPAs e a devida capacitação dos trabalhadores durante o expediente. Os gestores da Petrobrás, que deveriam ser referência na implantação da NR-20, simplesmente fazem de conta que a norma não existe.

Além disso, a empresa continua se negando a apresentar à FUP a lista atualizada de trabalhadores para os quais recolhe o GFIP. A única vez em que a Petrobrás informou esse dado ao movimento sindical foi em 2006. Outro absurdo é o fato da empresa não revelar o número de trabalhadores próprios e terceirizados, por unidade, que atuam em atividades relacionadas à Saúde, Meio Ambiente e Segurança. Além disso, apesar da FUP ter solicitado com antecedência as estatísticas referentes a 2013, a gerência de SMS Corporativo também negou-se a responder, num total desrespeito à apresentação sindical na Comissão.

Empoderamento feminino é o tema do II Encontro Nacional de Mulheres Petroleiras da FUP

De 25 a 27 de abril, petroleiras de diversas bases da FUP se reúnem em Salvador, na Bahia, para debate a agenda nacional das trabalhadoras do Sistema Petrobrás. O II Encontro Nacional de Petroleiras da FUP será realizado no Sindipetro-BA, tendo como principal temário o empoderamento da mulher. O Encontro é organizado pelo Coletivo Nacional de Mulheres Petroleiras, criado no ano passado, desde quando vem atuando em defesa da pauta das trabalhadoras e para incentivar e garantir maior participação feminina nas lutas sindicais.

Com o tema "Quando uma mulher avança, avança também o mundo", o II Encontro Nacional de Petroleiras da FUP discutirá reivindicações, planos de luta e formas de organização. A abertura do evento contará com a participação de mulheres dirigentes da CUT, CTB, CNQ, do Coletivo de Mulheres da FUP, além das líderes e militantes do movimento sindical petroleiro fupista. A diretora da IndustriALL (Federação Internacional dos Trabalhadores do Setor Energia), Carol Bruce, também foi convidada para a solenidade de abertura do Encontro, que contará ainda com a parti-

cipação de mulheres que lideram movimentos sociais e organizações populares.

Entre os temas que serão debatidos no Encontro, estão questões relacionadas à luta pelo empoderamento das trabalhadoras nas empresas, na política, na sociedade e nas organizações sindicais; emancipação feminina no Brasil e a política de cotas; o papel da mulher na reforma política e nas eleições de 2014; o compartilhamento doméstico, além de questões relacionadas à saúde, segurança e condições de trabalho no setor petróleo. Veja a programação completa do II Encontro Nacional de Mulheres da FUP, acessando www.fup.org.br

CUT irá propor recomendações para a Comissão Nacional da Verdade

Em reunião recente, a Comissão 'Memória, Verdade e Justiça' da CUT avaliou positivamente as ações realizadas por todo o Brasil em repúdio aos 50 anos do golpe militar de 1964 e reafirmou a importância da continuidade dos trabalhos para ouvir depoimentos, aprofundar as pesquisas e denunciar os crimes cometidos contra a classe trabalhadora durante o regime militar.

Através do Grupo de Trabalho das centrais sindicais no âmbito da Comissão Nacional da Verdade (CNV), os dirigentes cutistas priorizarão quatro eixos centrais para construir, dar agilidade e precisão ao relatório final da Comissão: levantamento dos sindicatos que sofreram invasão e/ou intervenção e dirigentes sindicais que foram cassados, presos, torturados e assassinados durante o golpe; vinculação das empresas com a repressão; legislação antissocial e antitrabalhista; reparação moral e financeira.

O objetivo é influir no relatório final da Comissão para que algumas recomendações das centrais sindicais sejam incluídas no documento, como a punição aos agentes de Estado que torturaram, mataram e fizeram desaparecer corpos de militantes; a elaboração de uma lei que garanta o direito de greve no serviço público, autonomia e liberdade sindical; a ratificação da Convenção 158 da OIT contra a demissão imotivada; a retirada de logradouros públicos dos nomes de militares e agentes que apoiaram e participaram da ditadura militar; e, principalmente a revisão da Lei de Anistia, com a revogação do Artigo 1º e seu Parágrafo 1º que se refere aos crimes conexos e garante a autoanistia aos militares.

A Comissão da CUT 'Memória, Verdade e Justiça' está elaborando a construção de um seminário em conjunto com a CSA e AFL-CIO para levantar informações sobre como a

Operação Condor atuou contra a classe trabalhadora. A Operação Condor foi uma aliança político-militar entre a CIA/governo dos Estados Unidos com os setores de direita da América Latina para viabilizar e dar sustentação às ditaduras militares no continente. A Operação se arrastou até o final dos anos 80, numa das maiores ações repressivas da história do continente, que resultou em tortura, sequestros e execução dos líderes e militantes de esquerda nos países do Cone Sul. A estimativa é de que 50 mil ativistas foram assassinados, 30 mil desapareceram e 400 mil foram encarcerados pela Operação Condor no Brasil, Chile, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade será apresentado em dezembro de 2014. A CUT defende a criação de um comitê nacional de acompanhamento dos resultados.

Edição 1133 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21)3852-5002 imprensa@fup.org.br Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763

Texto: Alessandra Murteira - Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição:

Caetano, Chicão, Daniel, Dary, Divanilton, Enéias, Leopoldino, Chico Zé, Mário, Moraes, Paulo Cesar, Silva, Simão, Ubiraney, Zé Maria.